



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANA KAROLINE BARBOSA FERREIRA

**APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE: uma pesquisa com
gestores de Micro e Pequenas empresas no Município de Itaituba-
PA**

Itaituba – PA

2020

ANA KAROLINE BARBOSA FERREIRA

**APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE: uma pesquisa com
gestores de Micro e Pequenas empresas no Município de Itaituba-
PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Rosana Santos de Oliveira.

Itaituba – PA

2020

FERREIRA, Ana Karoline Barbosa.

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE: uma pesquisa com gestores de micro e pequenas empresas no Município de Itaituba-PA / Ana Karoline Barbosa Ferreira. Itaituba: FAI, 2020.

54f.: il.

Orientador: Prof. Esp. Rosana Santos de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba, 2020.

1. Contabilidade. 2. Princípio da Entidade. I. Oliveira, Rosana. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2020.

ANA KAROLINE BARBOSA FERREIRA

**APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE: Uma pesquisa com
gestores de Micro e Pequenas empresas no Município de Itaituba-
PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Profa. Esp. Rosana Santos de Oliveira.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Prof.^a Rosana Santos de Oliveira, Especialista

Orientador: _____ Nota: _____

Prof. ^a Prof. Ana Paula Maffezzolli, Especialista.

Avaliador: _____ Nota: _____

Prof. Huynalvak de Sá Almeida, Especialista.

Resultado: _____ Média: _____

Data: 21 de abril de 2020

Dedico este trabalho a Deus que foi um importante guia na minha trajetória, em especial aos meus Avôs, Zuila Barbosa e José Ferreira, que mesmo não estando presentes neste mundo foram essenciais para minha formação e a toda minha família pelo apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por sempre ter me dado saúde e força para continuar nessa longa jornada, e por não permitir fraquejar e nem desistir.

A minha Família, “in memoriam” aos meus avós que não mediram esforços para minha formação, sempre me apoiaram nos estudos, pois para eles acima de tudo esse era o objetivo primordial. Gratidão por tudo que fizeram por mim.

Ao meu Pai Alessandro Barbosa, aos tios Alessandra Barbosa e Joel Ribeiro e os primos Angélica Ribeiro e Felipe Ribeiro, que me apoiaram durante esses quatros anos que não foram fáceis, e me deram forças para persistir e conquistar meus objetivos. Obrigada por tudo.

Aos meus amigos e colegas que me acompanharam durante essa jornada de estudos, em especial Andressa Alves e Elaine Kuhnem me ajudaram quando eu mais precisei, mais do que colegas de sala, são amigas.

A Professora Orientadora Rosana Santos pelo acompanhamento nos estudos, pelas conversas de apoio principalmente nos momentos difíceis, foi importante cada dica e conselho. Agradecer também a professora de Monografia Ana Paula Maffezzolli, por toda paciência e apoio. A todos os professores do Curso de Ciências Contábeis, por todos os conhecimentos que a nós foram repassados.

Por fim, quero agradecer a todos, que mesmo não sendo citados contribuíram direta e indiretamente para que tudo se realizasse da forma mais gratificante possível.

*Por ser silenciosamente
terapêutico, a gratidão é o rosto mais
elegante da felicidade.*

“Pe. Fábio de Melo”

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo apurar nas micro e pequenas empresas a compreensão que os gestores obtêm sobre o Princípio da Entidade, além de discorrer sobre a importância de praticar e aplicar o referido princípio nas organizações. A finalidade do tema é apresentar as informações necessárias da importância do princípio no processo organizacional de uma empresa, tendo em vista que são negócios administrados pelos próprios gestores (donos) e que possuem maior dificuldade em distinguir as despesas pessoais com os da entidade. Para realização deste estudo, inicialmente foram utilizados dados da pesquisa bibliográfica em livros, artigos e sites para construção da fundamentação do trabalho e apresentação dos resultados obtidos. A pesquisa é definida como abordagem qualitativa, utilizando-se também da pesquisa de campo com gestores de micro e pequenas empresas no ramo de autopeças, situados na Rodovia Transamazônica no município de Itaituba-PA. Para a coleta de dados foi realizada a aplicação de 6 (seis) questionários de forma online e no entanto, apenas 4 gestores deram retorno. O estudo cumpriu com o objetivo proposto e os resultados demonstraram que os gestores compreendem e conhecem o princípio da entidade, porém alguns não fazem a correta aplicação e não praticam o referido princípio na empresa. Além disso, não observam as causas que provocam as deficiências na gestão financeira. Deste modo, conclui-se que é de suma importância aplicar e observar o princípio da entidade na empresa, pois traz consigo ações fundamentais para o aperfeiçoamento quanto ao gerenciamento das operações, além de ser indispensável para o controle eficiente dos resultados.

Palavra-Chave: Princípio da Entidade. Processo Organizacional. Gerenciamento.

ABSTRACT

This study aims to investigate in micro and small companies about the knowledge that managers obtain about the Entity Principle, in addition to discussing the importance of practicing and applying this principle in organizations. The purpose of the theme is to present the necessary information on the importance of the principle in the organizational process of a company, considering that these are businesses managed by the managers (owners), they have greater difficulty in distinguishing personal expenses with those of the entity. To carry out this study, data from bibliographic research were initially used in books, articles and websites, to support the work and present the results obtained. The research is defined as a qualitative approach, also using field research with managers of micro and small companies. in the auto parts business, located on the transamazon highway in the municipality of Itaituba-PA, for data collection, 6 (six) questionnaires were applied online, however, only 4 managers provided feedback. The study fulfilled the proposed objective, identified with the results that managers understand and know the principle of the entity, however some do not make the correct application and do not practice the said principle in the company, in addition they do not observe the causes that cause the deficiencies in financial management. Thus, it is concluded that it is extremely important to apply and observe the principle of the entity in the company, as it brings with it fundamental actions for the improvement in the management of operations, in addition to being indispensable for the efficient control of results.

Keyword: Entity Principle. Organizational Process. Management.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Serviços prestados pelo profissional contábil.....	38
Gráfico 2 – Movimentação bancária.....	39
Gráfico 3 – Conhecimento do princípio da entidade.....	40
Gráfico 4 – Orientação sobre o Princípio da Entidade.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cadeia da contabilidade.....	17
Figura 2 – Cadeia dos relatórios contábeis.....	20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Estrutura Básica do Balanço Patrimonial empresarial.....	21
Quadro 2 – Demonstração do Resultado do Exercício.....	22
Quadro 3 – Identificação do perfil dos gestores.....	37
Quadro 4 – Pró-labore.....	41
Quadro 5 – Aquisição do capital de terceiros.....	42
Quadro 6 – Retiradas Financeiras.....	43
Quadro 7- Importância do Princípio da Entidade.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP – Balanço Patrimonial

CFC- Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CNPJ- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

MPES – Micro e pequenas empresas

PC – Princípios de Contabilidade

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 CONCEITO E UM BREVE HISTÓRICO DA CONTABILIDADE	15
2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18
2.2.1 Balanço Patrimonial – BP	20
2.2.2 Demonstração do Resultado do exercício – DRE	21
2.2.3 Demonstrações do fluxo de caixa - DFC	23
2.3 PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE	24
2.3.1 Princípio da Entidade	25
2.3.2 Princípio da Continuidade	26
2.3.3 Princípio da Oportunidade	27
2.3.4 Princípio do Registro pelo Valor Original	28
2.3.5 Princípio da Competência	28
2.3.6 Princípio da Prudência	29
2.4 GESTÃO DE NEGÓCIOS	30
2.4.1 Dificuldade na gestão de negócios em micro e pequenas empresas	31
2.4.2 O Princípio da entidade e sua influência no processo da gestão	32
3 METODOLOGIA	34
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
3.1.1 Tipo de pesquisa	34
3.1.2 Quanto à abordagem	35
3.1.3 Coleta de dados	35
3.1.4 Contexto e objeto de pesquisa	36
4 DESCRIÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	37
4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	37
5 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE	52
Apêndice A – Questionário da pesquisa	52

1 INTRODUÇÃO

A falta de compreensão sobre a importância da aplicabilidade do princípio da entidade acontece na maior parte das vezes em empresas de micro e pequeno porte, e por serem negócios administrados pelos próprios donos, não são colocados em prática como deveria. De acordo com Piva (2015) se torna comum que os gestores façam retiradas do caixa ou da conta bancária para quitar com suas dívidas pessoais, ou na aquisição de bens, o que desconhecem é que essa prática pode ocasionar sérios problemas no controle e da organização da empresa podendo levá-la até mesmo a falência.

São situações que acontecem por muitas vezes o empresário desconhecer, ou por não saber identificar ou até mesmo por ter dificuldades em fazer a distinção das contas pessoais com as da empresa, e outros sabem da importância da distinção, porém não colocam em prática, fatos que podem afetar diretamente a gestão financeira da entidade.

É o Princípio da Contabilidade que determina que o patrimônio da entidade não deve ser utilizado para benefício próprio, e levando em consideração a este fato, o presente estudo tem por objetivo apurar nas micro e pequenas empresas sobre a compreensão que os gestores obtêm sobre o Princípio da Entidade, além de discorrer sobre a importância de praticar e aplicar o referido princípio nas organizações.

Para atingir o objetivo proposto, esta pesquisa parte das seguintes questões norteadoras: Quais as causas que provocam a não aplicabilidade do Princípio da entidade nas organizações? Os gestores têm o real conhecimento e aplicam o referido princípio em suas empresas? Qual a influência do princípio da entidade no processo da gestão?

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se como procedimento metodológico, uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos e acervos online. Para apresentação dos resultados obtidos a estudo é definida como abordagem qualitativa e com isso foi realizado uma pesquisa de campo. E para a coleta de dados utilizou-se de um questionário estruturado aplicado para 6 (seis) gestores, porém, apenas 4 (quatro) puderam responder. Para a fundamentação teórica a pesquisa baseou-se em autores renomados tal como Ferrari (2016), Iudícibus (2010), Marion (2018), dentre outros, que colaboraram com as bases teóricas para a construção dessa pesquisa.

O presente estudo está composto por cinco seções, no qual a primeira consta a introdução na qual aborda sobre os assuntos relacionados ao tema; a segunda descreve o histórico da Contabilidade, assim como a apresentação dos princípios contábeis, e por fim destaca o princípio da entidade e sua influência no processo da gestão em empresas de micro e pequeno porte; na terceira seção é evidenciado os procedimentos metodológicos; a quarta seção compreende a análise dos resultados obtidos através da coleta de dados. E, por último, na quinta seção as considerações finais da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITO E UM BREVE HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

A Contabilidade obteve evolução frente as transformações no cenário social, político e econômico, tornando assim as operações contábeis mais complexas, e com novas nomenclaturas, por essa razão e para o melhor entendimento é de fundamental importância mencionar sua evolução histórica assim como o conceito.

Reconhecer a Contabilidade como ciência não é suficiente para defini-la, e por essa razão, a escola norte-americana e a escola Italiana de Contabilidade, desenvolveram conceitos e definições que foram evoluindo até que se chegasse a ideia central de que a Contabilidade é uma ciência, no qual tem por objetivo de estudo o patrimônio das entidades (COELHO; LINS, 2010).

Crepaldi (1995) define a Contabilidade como um instrumento de importância para qualquer entidade, seja ela pública ou privada, conceituando como uma ciência social do controle e estudo do patrimônio das entidades. Tal controle é realizado por meio de registros contábeis e demonstrações de resultados produzidos através dos fatos ocorridos na organização.

Desta forma, a Contabilidade é uma área da ciência social bastante abrangente, que evoluiu para compreender os aspectos de estudo e do controle do patrimônio das entidades. Contudo, na história a Contabilidade sempre se fez presente, a começar pelos primórdios, que mesmo de maneira rudimentar, nossos antepassados já a utilizavam.

Não é descabido afirmar-se que a noção intuitiva de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez, tão antiga quanto à origem do *Homo sapiens*. Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais da existência de contas há aproximadamente 2.000 anos a.C. Entretanto, antes disto, o homem primitivo, ao inventariar seus instrumentos de caça e pesca, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já praticava uma forma rudimentar de contabilidade (IUDÍCIBUS, 2000, p. 30).

Desde o início da civilização, o homem já se preocupava com os aspectos relativos ao controle do seu patrimônio, pois à medida de suas necessidades procuravam métodos e ferramentas para auxiliá-los e assim obterem informações mais seguras e confiáveis (COELHO; LINS, 2010).

Desde os primórdios já havia a necessidade do homem em querer controlar o patrimônio, ou seja, foram os primeiros sinais de existência em contabilizar suas riquezas mesmo de maneira rudimentar, são fatos que contribuíram para as várias formas de controle. Coelho e Lins (2010) destacam ainda que por meio de escavações, descobriram-se formas de controle feitas em épocas que não existiam a escrita, moedas ou números, e um dos exemplos mais famosos são os artefatos de barros que eram utilizados na antiga Mesopotâmia, com símbolos gravados em placa de argila, dando-se os primeiros passos para os registros, e que por meio de estudos e análises chegou-se à conclusão de que tais instrumentos eram utilizados como meio de controle contábil.

Portanto, a Contabilidade surgiu com a necessidade do homem em querer controlar seus bens e quantificar suas riquezas, no entanto, a evolução da Contabilidade foi relativamente lenta ao longo dos séculos, e durante todo processo de mudanças ocorreram fatos que impulsionaram para o desenvolvimento da Ciência Contábil.

Autores como Iudícibus e Marion (2007), destacam que a Contabilidade se aprimorou diante das necessidades de cada período histórico, e que recebeu influência de diversas civilizações, no qual desencadearam mudanças tecnológicas e socioeconômicas (como o aparecimento da escrita, surgimento da moeda, a revolução industrial, o descobrimento da América etc.).

Vale ressaltar, que no período conhecido como Renascimento, em torno dos séculos XIV a XVI, ocorreram diversas transformações no mundo das artes, na economia, política e cultural, e que impulsionaram, de certa forma, para a descoberta de um importante método de escrituração contábil o das partidas dobradas (IUDÍCIBUS, 2000).

Conforme Ribeiro (2013), a Contabilidade se firmou como ciência, a partir do surgimento do método das partidas dobradas, do qual fundamentou-se de que, todo débito corresponde a um crédito de igual *valor* e vice-versa, diante disto, a primeira obra publicada a respeito da escrituração das partidas dobradas, surgiu na cidade de Veneza, Itália, em 1494, pelo Frei Franciscano Luca Pacioli em seu livro sobre aritmética e geometria.

Para Iudícibus e Marion (2007), o livro do Frei Luca Pacioli, foi sem dúvida a primeira literatura contábil, mais relevante e o marco da época, no qual evidenciava o fenômeno do termo débito e crédito, consolidados nos métodos das partidas

dobradas, os autores destacam que o referido método já era utilizado antes da publicação do livro de Pacioli, praticado no século XIII.

Diante dos fatos mencionados, diversos foram os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da Contabilidade ao longo da história, e coube a ela adaptar-se às mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas na sociedade, além de aprimorar seus recursos para melhor atender e repassar informações precisas e confiáveis a seus usuários.

De acordo com Ferrari (2016) o principal objetivo da Contabilidade, é prestar informações às entidades e pessoas que tenham interesse sobre a situação econômica e patrimonial da empresa, assim como avaliar sua capacidade produtiva, além de sempre atender as necessidades de cada um da melhor maneira possível.

Conforme Marion (2008, p. 27) “os usuários são as pessoas que se utilizam da Contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam na contabilidade suas respostas”. Os usuários são denominados como pessoas físicas e jurídicas, pelo qual utilizam a Contabilidade como um meio de prestar informações sobre situações do patrimônio das entidades, tanto internas quanto externas como específica Marion (2018) na figura 1.

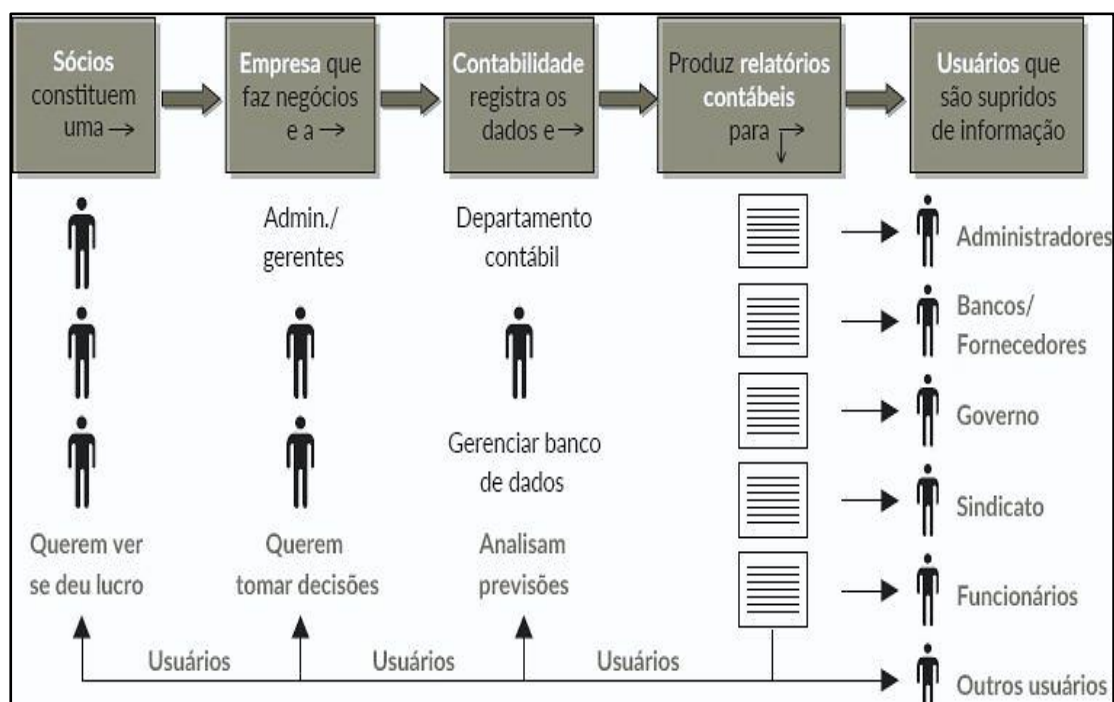


Figura 1 – Cadeia da Contabilidade. Fonte Marion (2018) adaptado.

Braga (2006) especifica que os usuários das informações contábeis podem ser internos quanto externos, e possuem interesses diversificados sobre o patrimônio, direta ou indiretamente, seja na avaliação e situação patrimonial da entidade, no controle, na apuração de resultados, na análise do desempenho da entidade, dentre outras situações. O autor ressalta também, que as informações geradas pela entidade devem ser completas e confiáveis, para que assim o usuário possa obter o real conhecimento sobre as mutações sofridas no patrimônio.

O autor citado afirma que os usuários internos são pessoas que norteiam dentro da entidade, que inclui os administradores de todos os níveis, são eles que acompanham diretamente os resultados e tomam decisões que envolvem os aspectos operacionais e financeiros da empresa. Já os usuários externos possuem interesse nas demonstrações contábeis, que inclui o governo, os bancos, os fornecedores, acionistas entre outros.

A Contabilidade possui usuários que necessitam das informações contábeis para avaliar a situação patrimonial da empresa assim como sua produtividade, lucratividade, enfim, tudo que estiver relacionado ao controle e dados patrimoniais da entidade.

Os usuários das informações contábeis são pessoas física e jurídicas que as utilizam para registrar e controlar a movimentação de seus patrimônios bem como aqueles que direta ou indiretamente, tenham interesse nesse controle; na apuração de resultados; na avaliação da situação patrimonial, econômica e financeira; nas análise do desempenho e do desenvolvimento da entidade, como titulares (empresas individual), sócios, acionistas (empresas societárias), gerentes, administradores, governo (Fisco), fornecedores, clientes, bancos etc (RIBEIRO, 2010, p.5).

Portanto, a Contabilidade possui papel importante, pois auxilia no processo da gestão tornando-se um instrumento fundamental para qualquer entidade, deste modo evidência as situações patrimoniais, econômicas e financeiras da empresa, tanto interna quanto externamente, além de contribuir ativamente na tomada de decisões.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são instrumentos indispensáveis e de importância para a saúde do negócio e seus elementos proporcionam informações úteis para uma ampla variedade de usuários, além de auxiliar no processo da tomada de decisão.

Conforme Ribeiro (2013) as demonstrações contábeis ou financeiras, denominadas pela Lei nº 6.404/76, são relatórios que proporcionam informações acerca do patrimônio, no qual, são úteis para auxiliar a empresa no controle e desempenho financeiro.

De acordo com Franco (2010) é entendido por demonstrações, todo tipo representação sobre as informações decorrentes dos componentes patrimoniais ou do desempenho e mudanças na posição financeira da entidade, ou seja, demonstrar de forma expositiva as informações sobre a estado patrimonial e suas variações.

Desta forma, a elaboração das demonstrações contábeis é de fundamental importância para a entidade, pois fornecem informações financeiras decorrente da situação patrimonial e suas variações, o que é primordial para que o empresário ou sócios possam tomar decisões a respeito de todo o processo econômico da empresa.

As demonstrações contábeis são necessárias não somente para cumprir a lei, mas para gerenciar a empresa da melhor forma possível. E é por isso que existe um conjunto completo de demonstrações que de acordo com Ferrari (2012) tem por intuito expor de uma forma clara, sistematizada e objetiva a situação patrimonial, econômica e financeira da empresa.

Quando falamos em SITUAÇÃO PATRIMONIAL, estamos nos referindo aos bens, direitos e obrigações pertencentes à entidade em dado momento (regra geral, ao final do ano-calendário), os quais são evidenciados na demonstração contábil chamada de Balanço Patrimonial; quando falamos em SITUAÇÃO ECONÔMICA, estamos nos referindo ao resultado, isto é, ao lucro ou prejuízo da entidade referente a dado período contábil (normalmente, período de 1 ano), os quais são evidenciados na demonstração contábil chamada DRE (Demonstrações do Resultado do Exercício); e, finalmente, ao falarmos em SITUAÇÃO FINANCEIRA, podemos estar nos referindo de forma estática, a qual consiste na comparação em dado momento das obrigações a pagar com as aplicações de recursos no capital de giro da entidade, sendo tais informações obtidas também do Balanço Patrimonial, ou de forma dinâmica, a qual consiste em analisar as entradas e saídas de disponibilidades (dinheiro) em determinado período (regra geral, no ano-calendário), sendo esta situação indicada na demonstração contábil chamada de DFC (Demonstrações dos Fluxos de Caixa); (FERRARI, 2012, p.1).(SUBLINHADO DO AUTOR)

Por este modo, são demonstrações contábeis que integram e reúnem resultados para melhor entendimento e análise das informações financeiras, além de englobar divulgações decorrente de riscos que possam afetar a empresa, ou seja, demonstra da melhor forma possível o desempenho e as mudanças da posição financeira da entidade.

Segundo Marion (2018) a Contabilidade coleta informações e forma relatórios contábeis para os usuários tomarem decisões, como mostra a figura à seguir:

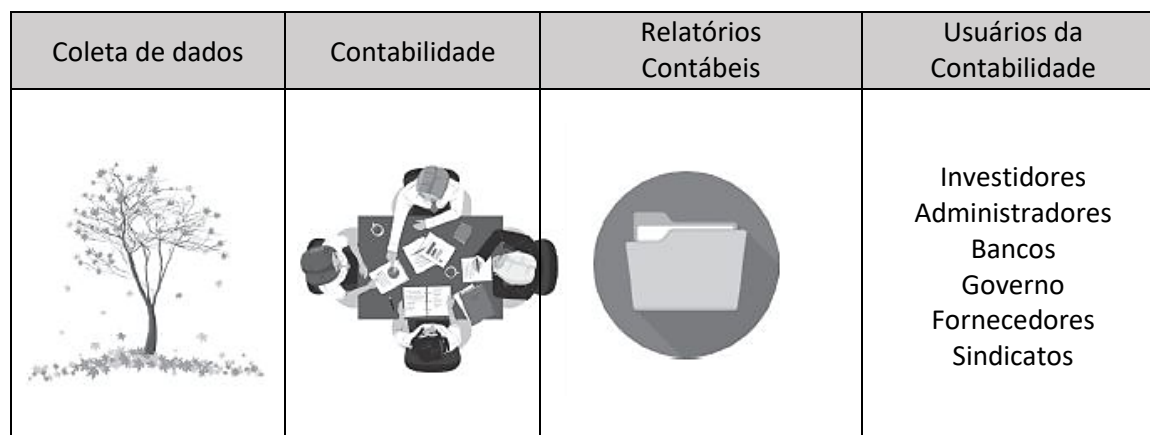


Figura 2 – Cadeia dos relatórios contábeis. Fonte: Marion (2018) adaptado.

As demonstrações contábeis fornecem informações essenciais, relacionado a posição patrimonial e financeira da empresa elaborando assim relatórios de acordo com as necessidades dos usuários. Deste modo, são dados apresentados de forma estruturada, e são formados por elementos, tais como balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração do fluxo de caixa.

2.2.1 Balanço Patrimonial – BP

O Balanço Patrimonial (BP) é um demonstrativo contábil que avalia a situação patrimonial da empresa de uma forma direta e quantitativa, ou seja, no momento da sua elaboração deve ser incluído todos os bens, direitos e obrigações, pois ajuda o usuário a ter uma visão ampla sobre o posicionamento do negócio.

Deste modo, Ribeiro (2013) ressalta que o balanço patrimonial tem por objetivo evidenciar o patrimônio de uma entidade, (através dos bens, direitos e obrigações) assim como sua situação financeira, específica ainda que ele é composto por duas partes Ativo e Passivo.

O autor ainda evidencia de uma forma mais resumida, a maneira de como é estruturado o balanço patrimonial, no qual é representado por um gráfico em forma de T, do lado direito o passivo composto pelas obrigações (recursos derivados de terceiros) e o patrimônio líquido (recursos próprios da empresa), e do lado esquerdo o ativo que é composto por bens e direitos (evidencia a aplicação dos recursos

investidos, próprio ou de terceiros). Ornelas (2018) demonstra de forma simples a estrutura do balanço patrimonial:

Quadro 1 – Estrutura Básica do Balanço Patrimonial empresarial. Fonte: Ornelas (2013) adaptado.

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE Caixa e Banco Estoque	CIRCULANTE Fornecedores
NÃO CIRCULANTE REALIZAVEL A LONGO PRAZO Depósitos Judiciais INVESTIMENTOS Participações diversas IMOBILIZADO Terrenos INTANGÍVEL Bens incorpóreos	NÃO CIRCULANTE Financiamentos bancários PATRIMONIO LÍQUIDO Capital Social
TOTAL	TOTAL

O Balanço Patrimonial é gerado após o registro das movimentações financeiras da empresa em um determinado período específico (geralmente um ano), e que contém informações da situação patrimonial, além de identificar investimentos e fontes de recursos (FRANCO, 2010).

Desta forma, é notório a necessidade da elaboração do Balanço Patrimonial para as entidades, pois é um demonstrativo que contém informações que determinam a posição patrimonial da empresa e ajuda na tomada de decisões. Porém, mesmo sendo um relatório importante, muitas vezes é negligenciado pelo empresário ou sócios pela falta da sonegação de informações.

2.2.2 Demonstração do Resultado do exercício – DRE

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é uma das obrigações fundamentais para qualquer entidade independentemente do porte, que de acordo com Ferrari (2012) é através deste demonstrativo que é analisado os dados decorrentes da situação econômica da entidade.

A DRE é um relatório contábil destinado a evidenciar as informações e a situação econômica da empresa de acordo com o resultado das operações, ou seja,

se obteve lucro ou prejuízo, além disso esclarece o confronto entre as receitas despesas e os custos. (FERRARI, 2016).

Iudícibus (2010) ainda ressalta que a DRE é um tipo de relatório que resume as despesas e receitas da entidade durante os doze meses, ou seja, o resultado das operações se dá pela diferença das receitas com as despesas que consequentemente indicará se empresa obteve lucro ou prejuízo.

Quadro 2 – Demonstração do Resultado do Exercício. (Fonte Sá, 2009)

Receita Líquida	R\$
(-) Custos das Vendas	
(=) Lucro Bruto	
(-) Despesas Operacionais	
Despesas administrativas	
Despesas financeiras	
Outros resultados operacionais	
(=) Lucros antes do Imposto de Renda	
(-) Impostos de Renda	
(=) Lucro Líquido	

Em virtude destas circunstâncias a DRE de fato é um relatório fundamental, pois é responsável em avaliar o desempenho geral da empresa, através do confronto entre as receitas, custos e despesas, visando gerar informações significativas para a tomada de decisão.

Franco (2010, p.45) especifica que a DRE:

É a mais importante demonstração dinâmica patrimonial, pois mostra a receita bruta da entidade (vendas ou serviços prestados), o custo dessas receitas e demais despesas operacionais, evidenciando o lucro bruto e o lucro operacional. Demonstra, ainda outras receitas e despesas não-operacionais, para evidenciar o lucro líquido do exercício.

Por essas razões, é necessário ter uma devida atenção ao desempenho econômico na entidade, e é através da DRE que abrangerá essas devidas informações, pois é especificado nos relatórios o período em que a empresa obteve despesas e custos, evidencia a receita total de vendas, e por fim o lucro obtido pela empresa com suas operações. Enfim, são dados que são úteis para a elaboração de um bom planejamento estratégico visando um melhor gerenciamento empresarial.

2.2.3 Demonstrações do fluxo de caixa - DFC

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é mais um relatório financeiro que possibilita o empresário ou sócio obter uma visão ampla sobre as mudanças ocorridas no caixa da empresa, evitando assim situações inesperadas, como não cumprir financeiramente com suas obrigações.

De acordo com Ferrari (2012), o DFC é um relatório que demonstra as alterações ou variações ocorridas nas disponibilidades da empresa em um período específico, ou seja, é um demonstrativo que evidencia de forma sistemática as operações ocorridas no caixa, banco e em aplicações financeiras, no qual averigua o resultado causado em cada movimentação realizada na empresa.

Pereira (2011) ainda ressalta um ponto crucial de que tal demonstrativo não visa apenas destacar as quantias em dinheiro disponíveis em caixa, (como o nome propriamente dito) mas como também as contas bancárias e as aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, o autor frisa que o conceito caixa para o DFC engloba todas as operações de disponibilidades da empresa.

Assim como os autores ressaltaram o DFC é uma ferramenta que abrange as disponibilidades da entidade, no qual visa explicar fatos que modificaram os valores em caixa e equivalente de caixa de um exercício para o outro, evidenciando assim suas variações.

Conforme Pereira (2011) uma boa gestão empresarial influencia na forma de como é avaliada o fluxo de caixa, pois muitas vezes o caixa reflete na capacidade da empresa de honrar com seus compromissos, dentre outros fatores que são determinantes para uma boa análise das operações ocorridas na entidade

O DFC é um instrumento eficaz para que empresa possa obter o controle de todas as atividades e movimentações financeiras ocorridas na entidade, e que elaborada e utilizada corretamente permite que o empresário ou sócio faça o levantamento dos dados necessários para realizar a análise e programar melhor todo o processo decisório da gestão.

Os relatórios contábeis devem ser úteis e confiáveis aos seus usuários, e por essa circunstância, deve ser observado pelo profissional contábil as formas de registros e elaborações das demonstrações contábeis que são patronizados, no qual é regido através de normas e princípios contábeis.

2.3 PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

Princípios são as proporções básicas que informam a ciência, orientando-as. E para a Contabilidade, o princípio é seu fundamento, a base que irá informar e orientar as atividades da profissão contábil. De acordo com Ferrari (2016, p. 1181) “o princípio é toda proposição diretora, à qual toda norma subsequente deve estar subordinada”. Desta forma, os Princípios Contábeis são proporções básicas adotadas como uma forma de esboço teórico que sustenta toda a contabilidade.

Conforme o capítulo II nº 750/1993 da Resolução Conselho Federal de Contabilidade (CFC), (com alterações dadas pela Resolução CFC nº 1.282/2010):

Art. 2º Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades (CFC, 2010).

No Brasil, o principal órgão legislador responsável pela regulamentação dos Princípios e Normas Contábeis é o CFC, de acordo com o mesmo, a Resolução CFC nº 750 de 29 de dezembro de 1993 sofreu alterações, no qual em sua redação original adotava a denominação “Princípios Fundamentais de Contabilidade”, entretanto, com a criação da Resolução do CFC nº 1.282, de 28 de dezembro de 2010 essa denominação foi substituída por “Princípios de Contabilidade”.

Deste modo, conforme o CFC essa alteração se deu por motivo de harmonização contábil, para que os profissionais de contabilidade e os usuários das demonstrações contábeis tenham um melhor entendimento sobre as informações contidas em tais princípios.

Ferrari (2016) ressalta a seguinte observação, antes da resolução nº 1.282/2010, à qual era chamado de Princípios Fundamentais de Contabilidade – (PFC) pela Resolução 750/93, eram definidos sete os Princípios Contábeis – Entidade, Continuidade, Registro pelo Valor Original, Prudência, Competência, Oportunidade e Atualização Monetária.

Em relação a alteração da resolução alguns princípios foram revogados, porém, o que acabou sendo extinto foi o princípio da Atualização Monetária tornando a ser uma característica do princípio do Registro pelo Valor Original, passando a vigorar apenas seis princípios (FERRARI, 2016).

Por essa circunstância, as informações contidas nos princípios devem ser aplicadas na prática como um padrão a ser seguido pelos profissionais da Contabilidade, para que as informações contábeis possam chegar aos usuários de forma útil e confiável. Desta forma, diante dos fatos apresentados, relacionado com as alterações das Resoluções do CFC, vigoram seis os princípios contábeis e que serão esboçados a seguir:

2.3.1 Princípio da Entidade

A Contabilidade é reconhecida como ciência social, cujo objeto é o Patrimônio das Entidade e o Conselho Federal de Contabilidade - (CFC) ressalta isso em seu artigo 4º na Resolução nº 750/93 (com alterações dadas pela Resolução CFC nº 1.282/2010) que:

Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição

Parágrafo único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil (CFC, 2010).

A Contabilidade tem como propósito registrar apenas os dados que interferem o patrimônio da entidade, e não dos seus titulares, isto é, não deve ser confundido o patrimônio da pessoa física com da pessoa jurídica e vice e versa, pois, o patrimônio da entidade é considerado como objeto da contabilidade, no qual não deverá ser utilizado para benefício próprio dos sócios ou proprietário.

Crepaldi (2003) afirma que quando se define uma entidade, não deve-se misturar os recursos, direitos e obrigações com outras entidades, ou seja, a empresa e os sócios são entidades distintas, onde não deve ser confundido os recursos financeiros da pessoa física com a pessoa jurídica.

Para Coelho e Lins (2010, p.194) “a constituição de uma pessoa jurídica (empresa) cria um ente que, de forma alguma, deve ser confundida com pessoas que

a formam”. Deste modo, a empresa deverá registrar os atos e fatos que se refiram ao seu patrimônio, não relacionando com o patrimônio particular de seus sócios.

Coelho e Lins (2010) ainda mencionam como exemplo, um empresário que ao fazer compras pessoais num supermercado acaba emitindo um cheque da empresa, ou utiliza seu automóvel particular para realizar atividades de sua loja (como entrega de mercadorias), sem ao menos mencionar nos registros contábeis os fatos corretamente.

É em acontecimentos como esses citados pelos autores, que o princípio da entidade é desrespeitado todas as vezes em que o empresário mistura as contas pessoais com os da empresa, perdendo assim a autonomia patrimonial, tornando difícil saber, por exemplo, se a empresa está sobrevivendo com seus próprios recursos financeiros.

De acordo com Paz (2017) quando não se é registrado corretamente os fatos, os relatórios contábeis não apresentaram a real situação patrimonial da entidade, desta forma, haverá dúvidas quanto as informações contábeis, e por consequência a empresa tomará decisões com base em informações incorretas, podendo causar sérios problemas quanto à continuidade da empresa.

É notório a relevância do Princípio da Entidade para a Contabilidade, e principalmente para um bom funcionamento gerencial na empresa, pois, fazendo uma correta aplicação do referido princípio, consequentemente, a empresa alcançará resultados positivos por seus próprios meios.

2.3.2 Princípio da Continuidade

Os Princípios da Entidade e Continuidade são considerados como os pilares da Contabilidade, que na concepção de Marion (2008) são estruturas conceituais sustentadas pela Teoria contábil. O autor cita um exemplo de que, quando se é construído um prédio a parte mais relevante da estrutura é o alicerce, os pilares, as colunas, no qual dão sustento aos demais componentes da construção, e que ambos princípios são esses pilares e colunas que dão sustentabilidade necessária à Teoria da Contabilidade como verdade absoluta.

De acordo com a Resolução CFC nº 750/1993 no Art. 5º (com alterações dadas pela Resolução CFC nº 1.282/2010) menciona que: “O Princípio da Continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a

mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.” Deste modo, entende-se que a vida da entidade se tornará contínua, sem a presunção que haverá a descontinuidade de suas operações e que deverá desempenhar suas atividades por tempo indeterminado.

Gouveia (2001) ainda ressalta que o Princípio da Continuidade determina que a entidade não tem prazo para término, e que continuará existindo e desempenhando suas atividades por um período indefinido, ou ao menos que existam fatos definitivos que impeçam sua continuidade.

As demonstrações contábeis são preparadas com a intenção de que a empresa continuará atuando futuramente, sem a interrupção de suas atividades, devendo sobreviver aos seus próprios meios financeiros com a intenção de potencializar o patrimônio gerando benefícios futuros (COELHO; LINS, 2010).

Portanto, o referido Princípio diz que a entidade deve ser avaliada e escriturada com intenção de que nunca será extinta, ou seja, que terá continuidade em suas operações e permanência no mercado, essa hipótese pode ser mantida se caso ocorra evidências contrárias para sua descontinuidade, como por exemplo, dificuldade financeiras, se os sócios decidirem definitivamente encerrar o negócio e entre outras situações.

2.3.3 Princípio da Oportunidade

Conforme o CFC no Art. 6º da Resolução nº 750/1993 (com alterações dadas pela Resolução nº 1.282/2010) o Princípio da Oportunidade especifica que, as informações dos registros a respeito do patrimônio e de suas mutações devem ser tempestivas e íntegras. E ressalta em seu parágrafo único que a falta de integridade e tempestividade na divulgação dos dados patrimoniais repassados, podem ocasionar em sérios problemas, causando assim a incredibilidade da informação.

Contudo, é um princípio da Contabilidade que determina que a empresa deve originar informações íntegras, ou seja, os registros devem ser confiáveis, sem a falta de alguma informação ou excesso. Já a tempestividade incide que as variações sejam registradas em tempo hábil, mesmo com estimativa de alguma incerteza de valor.

Coelho e Lins (2010) ressaltam que de acordo com referido princípio os registros contábeis devem ser realizados de forma completa (íntegra), e em prazos

tempestivos, ou seja, devem ser registrados na data mais próxima possível do fato em que o gerou.

Dessa forma, o princípio específico que as informações contábeis sejam realizadas de forma tempestivas e íntegras, pois quanto mais rápidas e completas as informações forem repassadas, melhor será o entendimento na análise, além adquirir confiabilidade nos resultados.

2.3.4 Princípio do Registro pelo Valor Original

De acordo com Art. 7º da Resolução nº 750/1993 (com alterações dadas pela Resolução CFC nº 1.282/2010) menciona que: “O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional”.

O referido princípio determina que as aquisições de ativos do patrimônio da entidade, devem ser contabilizados pelo seu valor original, ou seja, devem ser registrados pelo valor do custo da compra (PADOVEZE, 2014).

Com a revogação da resolução nº 750/1993, o princípio da Atualização Monetária (revogado pela resolução 1.282/10) foi unificado ao princípio do Registro pelo Valor Original, à qual também ressalta que qualquer alteração no poder de compra da moeda deve ser reconhecida nos registros contábeis, de acordo com a moeda do país (FERRARI, 2016).

Diante dos fatos apresentados, o princípio enfatiza que os registros dos componentes do patrimônio, decorrentes das transações relacionado ao exterior, devem ser apresentadas nas demonstrações contábeis de acordo com os valores originais das transações, ou seja, deve ser explícito com o valor presente da moeda do país.

2.3.5 Princípio da Competência

O princípio da competência determina que as receitas e despesas devem ser registradas quando ocorre um fato gerador, e por este modo não deve ser levado em consideração o recebimento ou pagamento. De acordo com CFC, conforme a Resolução nº 750/1993 (com alterações dadas pela Resolução CFC nº 1.282/2010):

Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas (CFC, 2010).

Na contabilização, as receitas e despesas são elementos fundamentais, pois delimitam o lucro de uma empresa, segundo o Princípio da Competência, devem ser registrados com base em um fato gerador, ou seja, no período de sua realização independentemente do efetivo recebimento ou pagamento (ARAÚJO, 2009).

Padoveze (2014) afirma que as despesas e receitas devem ser registrados no momento econômico de sua geração, por exemplo, as despesas de salário de uma empresa que ocorreram no mês X1, mas em contrapartida foram pagas no mês X2, nessa situação de acordo com o Princípio da Competência determina que a despesa e a receita sejam contabilizadas no momento em que ocorre, no caso do exemplo, no mês X1.

Ainda de acordo com Padoveze (2014) o referido princípio diz que as receitas efetuadas no período, devem ser confrontadas com as despesas que as geraram, no mesmo período, ou seja, deve reconhecer simultaneamente na apuração do resultado das receitas de vendas realizadas subtraídas pelas despesas que incorreram para obtenção da receita.

Do mesmo modo, qualquer entidade com fins lucrativos, para se manter no mercado, basicamente, precisa de receita. Em função dessa abrangência, as receitas precisam suplementar as despesas, com isso, os fatos ou transações que são realizados na empresa devem ser registrados quando ocorrem independentemente do recebimento ou pagamento.

2.3.6 Princípio da Prudência

O referido princípio é considerado pela Contabilidade como o mais conservador e que busca determinar maior confiabilidade quanto a mensuração patrimonial da empresa. O Princípio da Prudência está definido no artigo 10º da Resolução nº 750/1993 (com alterações dadas pela Resolução CFC nº 1.282/2010):

O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais (CFC, 2010).

Esse princípio é denominado como o mais conservador, pois quando se apresenta alternativas válidas para as quantificações das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido, se deve atribuir o menor valor para o ativo, e maior valor para o passivo (COELHO; LINS, 2010).

De acordo com Araújo (2009) o Princípio da Prudência é considerado conservador quando ocorre um evento com duas situações igualmente válidas e dentro dos princípios contábeis, à qual deve escolher a opção de menor valor para o ativo, e maior valor para o passivo, ou seja, implica em uma maior despesa e menor receita, tal como menores valores para os bens e direitos e maiores para obrigações.

Dessa forma, é fundamental a correta aplicação do princípio, pois exige uma certa cautela do profissional contábil em relação as informações processadas, visto que quando são registrados incorretamente e sem prudência podem causar riscos e perdas a seus usuários.

Diante desses pressupostos, a Contabilidade é uma ciência com princípios e normas que direcionam a empresa para um melhor funcionamento organizacional, influenciando de forma direta no gerenciamento, auxiliando na análise e interpretação dos fatos incorridos no patrimônio das entidades, por isso, as informações contábeis são primordiais no processo da tomada de decisões tanto para os pequenos quanto para os grandes negócios.

2.4 GESTÃO DE NEGÓCIOS

A gestão de uma empresa é um dos fatores primordiais para o sucesso do negócio, e para sua longevidade é necessário conhecer o mercado que a entidade atua, as implementações, os planejamentos, ou seja, obter um conhecimento sobre o controle da estrutura empresarial.

De acordo com Chiavenato (2012) o negócio precisa ser muito bem definido, porém, a maioria dos pequenos e médios empresários costumam administrar a gestão de maneira intuitiva e por não terem conhecimento na área e acabam tomando decisões precipitadas.

Portanto, entende-se que gerir um negócio não é algo que possa ser feito de qualquer maneira, e que é preciso ter domínio na área no qual atua, principalmente ter o conceito básico na gestão financeira de negócios, para que a empresa possa ser minimamente saudável e atuante no mercado.

2.4.1 Dificuldade na gestão de negócios em micro e pequenas empresas

As empresas de micro e pequeno porte possuem um papel fundamental no cenário econômico do Brasil, porém muito desses pequenos negócios enfrentam dificuldades no processo da gestão, o que as levam a fechar as portas precocemente, e as maiores causas de tais problemas vem do despreparo, da falta de planejamento e conhecimento da parte do proprietário, além do descontrole financeiro, crises econômicas e dentre outras situações.

Segundo o estudo publicado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2016), as Microempresas e Empresa de Pequeno Porte (MPEs) correspondem à 98% da totalidade das empresas, no qual participa de forma crescente na economia do país, apesar disso, o índice de falência também é elevado, principalmente as que estão em estágio inicial do negócio.

A mortalidade dessas empresas acontece muitas vezes pela falta de conhecimento do proprietário, pois ingressam no mercado sem ao menos fazer um estudo sobre a gestão financeira ou não realizam um planejamento de negócio, ou seja, não tem preparo suficiente para lidar com os desafios do meio empresarial (CERBASI; PASCHOARELLI, 2007).

Com isso, a ausência de um planejamento adequado, a falta de conhecimento sobre a gestão de negócios, é uns dos problemas que os empresários enfrentam, e que impede as empresas de crescer de forma estruturada, levando-as a fechar as portas precocemente. Acrescentando a opinião de Cerbasi e Paschoarelli (2007) exposta acima, o especialista Sergio Nardi, em entrevista realizada por Mello (2010) relata que:

A inexperiência do aspirante a empresário em lidar com as operações burocráticas do dia a dia de uma empresa, tais como impostos, fluxo de caixa, financiamento, carga tributária, além da falta de planejamento na constituição do empreendimento são fatores que podem levar ao fechamento de uma empresa em seus primeiros anos de vida (MELO, 2010, S.P).

Portanto, são em situações como essas expostas pelos autores, que interferem de forma negativa no desenvolvimento e na rentabilidade das empresas e conseqüentemente na sua continuidade no mercado. Deste modo, é de suma importância que as MPEs possam garantir seu espaço no mercado, aperfeiçoando-se, e buscando alternativas mais competitivas e dinâmicas.

2.4.2 O Princípio da entidade e sua influência no processo da gestão

Dentre as situações que ocorrem para afetar diretamente o gerenciamento da empresa, uma delas é o desrespeito ao Princípio da Entidade, o que era para ser básico, simples e fundamental, se torna banal, mas o que o empresário desconhece é que a má aplicação de tal princípio pode ocasionar no controle e organização da empresa, além de ter problemas com a Receita Federal.

Segundo Coelho e Lins (2010) o princípio da entidade trata sobre a autonomia patrimonial, da existência de distinguir o patrimônio particular com a empresa, por esse motivo é de suma importância que o empresário compreenda a relevância sobre a separação das contas de pessoa física com a jurídica.

Gerir qualquer negócio, principalmente as que estão em seu estágio inicial não é nada fácil, e muitas vezes essa confusão da mistura de contas e de finanças não é observada e nem revisto, o que pode ocasionar em grandes problemas, pois a contabilidade da empresa não expressa sua real situação financeira.

De acordo com SEBRAE (2015) um dos motivos de haver essa falta de controle, é devido principalmente pela ausência de um rendimento fixo do sócio ou proprietário, ou quando utiliza a própria conta bancária para movimentações financeiras da empresa, ou até mesmo no momento em que retira dinheiro do caixa em caso de emergência e não o registra corretamente como retirada de sócios, enfim, são situações que podem prejudicar a entidade bruscamente.

São hábitos como esses que podem se tornar rotineiros se não houver disciplina e controle, e que conseqüentemente pode levar o empresário à uma

armadilha financeira, pois não é registrado todos os fatos corretamente, o que pode ocasionar uma possível fiscalização.

A Receita Federal possui várias formas de confrontar as informações, desenvolvendo cada vez mais mecanismos para rastrear e monitorar todas as movimentações do CPF (pessoa física) e CNPJ (pessoa jurídica). Por essa circunstância, é importante que o empresário possa registrar as despesas pessoais corretamente sem misturar com os da entidade, para não correr o risco de cair na malha fina, e obter problemas ainda maiores (LUQUET, 2013).

Desta forma, é preciso ter cautela determinar o que são recursos da entidade e o que são recursos para gastos pessoais, pois sem essa separação, tanto a empresa, quanto os sócios ou empresários ficam expostos a diversos problemas. E a Contabilidade é peça principal para auxiliar essas empresas, pois traz consigo ações fundamentais para o aperfeiçoamento quanto ao gerenciamento das operações, além de ser indispensável para o controle eficiente dos resultados.

3 METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A metodologia é entendida como um método eficaz para conduzir e buscar caminhos sobre um determinado conhecimento diante de uma pesquisa. Em vista disso, tem por objetivo detalhar e exemplificar toda ação aplicada e desenvolvida durante uma pesquisa de trabalho (LEITE, 2008).

De acordo com Silva (2010) a metodologia se caracteriza pela forma de como acontece e de que maneira é realizada toda a pesquisa, identificando assim os métodos e instrumentos utilizados. No entanto, são procedimentos que conduzem e fornecem resultados confiáveis.

3.1.1 Tipo de pesquisa

Para estrutura desta pesquisa, foram adotados os seguintes termos metodológicos: pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo com enfoque no estudo descritivo, no qual foi estruturado um questionário online com perguntas subjetivas e objetivas. E para apresentação dos resultados obtidos a pesquisa é definida como abordagem qualitativa.

Foi realizado durante o procedimento um levantamento bibliográfico que para Gil (2002) permite ser composto com material elaborado, fundamentado através de livros e artigos científicos, tendo como principal vantagem permitir ao investigador uma visão mais ampla sobre o assunto a ser explanado.

Para Silva (2010) a pesquisa bibliográfica tem como base as ideias, conceitos e concepções de outros autores, no qual permite ser aprimorado em livros, artigos, teses, etc., sobre o assunto a ser explanado pelo pesquisador. Desta forma, para abranger os propósitos do estudo foi utilizado meios como artigos, livros físicos e virtuais, monografias, manuais e outros trabalhos disponibilizados na internet.

Além da pesquisa bibliográfica, como já mencionada anteriormente, o trabalho teve enfoque o uso da pesquisa de campo, tendo como propósito o estudo descritivo. Marconi e Lakatos (2003) destacam que a pesquisa de campo recolhe dados, no qual serviram de base para as investigações de uma determinada localidade, procurando analisar e descrever o objetivo de estudo, aplicado em empresas ou população.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ ou conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKATOS, 2003, p.186).

Já pesquisa descritiva permite que o estudo seja elaborado de forma detalhada e minuciosa. Deste modo, Leite (2008) ressalta que é uma pesquisa que realiza a descrição detalhada dos dados coletados e que deve ser relatado os processos e fenômenos de forma imparcial.

Com intuito de obter informações precisas relacionado a problemática do referido trabalho científico sobre o conhecimento e aplicabilidade do Princípio da Entidade, foi realizado uma pesquisa de campo com quatro gestores de empresas de micro e pequeno porte.

3.1.2 Quanto à abordagem

O presente estudo teve como abordagem o uso das técnicas qualitativas. De acordo com Almeida (2014) a abordagem qualitativa dá ênfase a análise e interpretação dos dados que foram coletados, tornando o estudo enriquecedor, obtendo uma melhor compreensão e explicação do tema a ser explanado.

O método qualitativo preocupa-se em entender a dimensão e identificar as razões que levaram o problema do tema a ser estudado, ou seja, intencionar o porquê de determinados comportamentos, envolvendo assim a obtenção de dados descritivos e características sobre a estrutura do funcionamento do ambiente da empresa pesquisada (OLIVEIRA, 2011).

A abordagem qualitativa permite que o pesquisador tenha uma visão mais ampla sobre os resultados obtidos, interpretando os fatos do estudo através do comportamento, das intenções e opiniões do entrevistado, considerando assim o ponto de vista do participante para análise.

3.1.3 Coleta de dados

A coleta de dados considera todas as informações do fenômeno a ser estudado, com questões previamente estruturadas ou não. No entanto, é um processo que visa reunir dados conforme o ambiente investigado no qual deve ser realizado

rigorosamente, pois qualquer falha no recolhimento de tais dados pode provocar conclusões precipitadas comprometendo assim toda a pesquisa (MARCONI E LAKATOS, 2004).

Quanto às técnicas da coleta de dados, definiu-se o questionário como o mais adequado. Conforme Oliveira (2011) as perguntas abertas fornecem informações mais amplas demonstrando a opinião do entrevistado, além de ser complemento para as perguntas fechadas que é um meio de maior facilidade para análise dos dados.

Em virtude destes fatores, a internet possibilita diversas oportunidades para realização das pesquisas, a vista disto, os entrevistados responderam às perguntas via on-line. Vergara (2000) destaca que o questionário tem como característica uma série de assuntos apresentados ao entrevistado em forma impressa ou digital.

Desta forma, foi aplicado um questionário online contendo 10 (dez) questões de múltipla escolha e 2 (duas) subjetivas, no qual foram distribuídas a 6 (seis) empresas, mas apenas 4 (quatro) deram retorno, e para a melhor compreensão dos dados obtidos, as informações foram apresentadas através de gráficos e tabelas.

3.1.4 Contexto e objeto de pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Itaituba-PA, em empresas situadas na Rodovia Transamazônica, no mês de novembro de 2019. O intuito de ter determinado essa localidade foi pelo fato de a Rodovia conter um vasto ramo de atividades, no qual inclui o de autopeças, sendo assim, uma escolha proporcional em relação as disponibilidades das empresas.

A população alvo determinada nesse estudo, está voltado a gestores de micro e pequenas empresas no ramo de autopeças, no qual foi determinado 6 (seis) proprietários, no entanto apenas 4 (quatro) puderam responder, porém foram informações suficientes para análise do tema da pesquisa.

A escolha das organizações deu pelo fato de que, a maior parte das micro e pequenas empresas têm dificuldade em fazer a distinção entre as contas pessoais e empresariais, até por serem administradas pelos próprios donos, deste modo, o estudo tem o intuito de analisar o conhecimento dos mesmos sobre a aplicabilidade do Princípio da Entidade em suas empresas.

4 DESCRIÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com a pesquisa, será apresentado a seguir os dados coletados juntamente com as análises das respostas, no qual foi elaborado um questionário com 12 questões sendo: 10 perguntas subjetivas e 2 objetivas, para tanto, responderam o questionário gestores de empresas do ramo de autopeças no município de Itaituba-PA.

4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com o objetivo de identificar o perfil dos gestores na **questão número 1** foram feitas perguntas pessoais:

Quadro 3 – Identificação do perfil dos gestores. Fonte: Dados da pesquisadora (2019).

Denominação	Gênero	Estado Civil	Escolaridade	Idade
Gestor 1	Feminino	União Estável	Ensino Superior	20 a 30 anos
Gestor 2	Masculino	Casado (a)	Ensino Médio	30 a 40 anos
Gestor 3	Feminino	Casado (a)	Ensino Superior	30 a 40 anos
Gestor 4	Feminino	Casado (a)	Ensino Superior	30 a 40 anos

De acordo com o quadro os gestores têm a idade de entre 20 a 40 anos, sendo que 3 são do gênero feminino e 1 masculino, com relação ao grau de escolaridade, verificou-se que 3 (três) possuem Ensino Superior e apenas 1 (um) o Ensino Médio, quanto ao estado civil 3 (três) são Casados e 1 (uma) união estável.

Na **questão número 2**, foi perguntado o tempo de atuação como gestores, verificou-se que 2 (dois) dos gestores tem em média o tempo de 0 a 5 anos, enquanto os outros 2 (dois) de 10 a 20 anos. Com relação a **questão número 3**, foi indagado sobre o porte da empresa, no qual, 3 (três) se enquadram como pequeno porte e uma como microempresa.

Na **questão número 4**, foi perguntado sobre os serviços que são prestados a empresa pelo profissional contábil, nesta questão foi possível ser assinalada mais de uma opção:

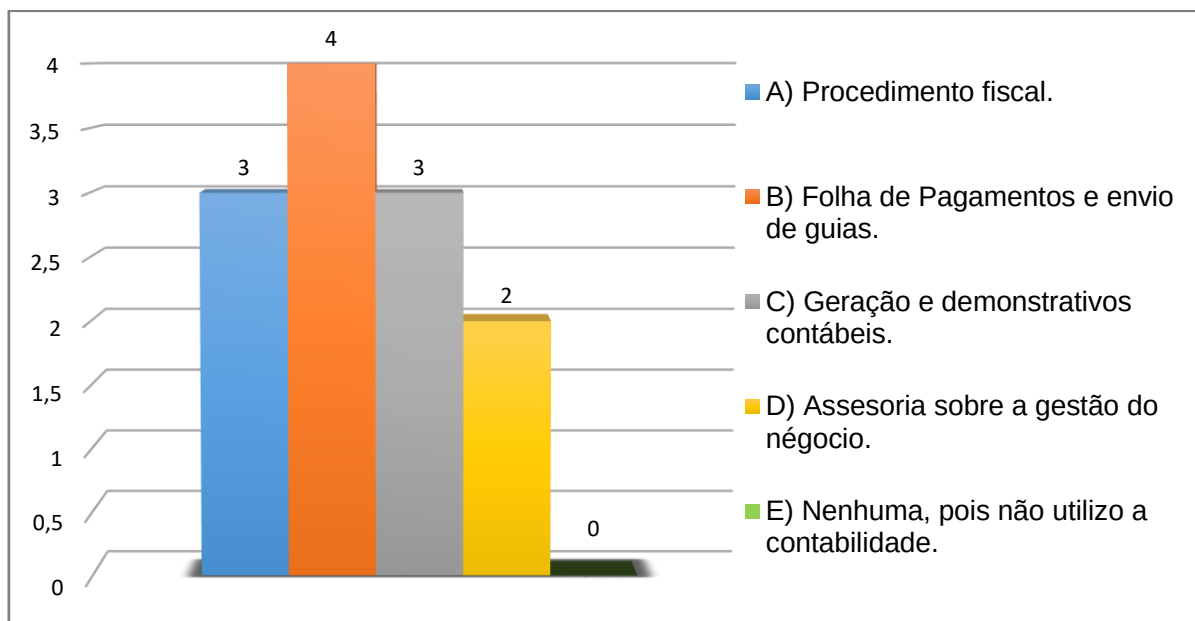


Gráfico 1 – Serviços prestados pelo profissional contábil. Fonte: Dados da pesquisadora (2019)

Observa-se que todos os gestores utilizam dos serviços da Contabilidade para geração da folha de pagamento e envio de guias, 3 (três) assinalaram utilizar o procedimento fiscal e a geração de demonstrativos contábeis. O mais interessante que 2 (dois) afirmaram utilizar dos serviços de assessoria sobre a gestão de negócios, um fator muito importante pois, auxilia diretamente na tomada de decisão e orienta para que os objetivos e metas sejam alcançados e os resultados se tornem rentáveis. Nenhum dos gestores marcaram a opção E, pois, todos utilizam os serviços contábeis.

A assessoria contábil desenvolve rotinas que proporcionam a empresa obter eficiência no processo administrativo e financeiro, além de evitar erros, multas e problemas futuros com órgãos fiscalizatórios, ajudando assim o gestor a tomar decisões em torno de informações verídicas (MASSAD, 2019).

Como pode-se observar os serviços que são prestados pelos profissionais de Contabilidade aos gestores, não é apenas o operacional, vai muito além disso, a assessoria contábil é uma ferramenta que auxilia na interpretação, na decisão e no controle dos dados financeiros do negócio de uma organização.

Na **questão número 5**, foi indagado sobre os relatórios contábeis, se realmente são utilizados como ferramenta para tomada de decisões, todos os envolvidos na

pesquisa assinaram que sim, um fator importante pois são relatórios que auxiliam no processo gerencial da empresa.

De acordo com Marion (2018) os relatórios contábeis são poderosos instrumentos para tomada de decisões, pois são documentos que avaliam a saúde financeira da empresa, mas para isso é necessário que a coleta dos dados seja realizada de forma precisa por um profissional da área contábil, para que não ocorra erros nas interpretações dos dados.

Desta forma, as demonstrações contábeis são relatórios e partes integrantes para melhor entendimento e análise das informações financeiras, pois englobam divulgações decorrentes de riscos que possam afetar a empresa, ou seja, demonstram da melhor forma possível o desempenho e as mudanças que ocorram posição financeira da entidade.

Na **questão número 6**, perguntou-se como ocorre a movimentação bancária da empresa.

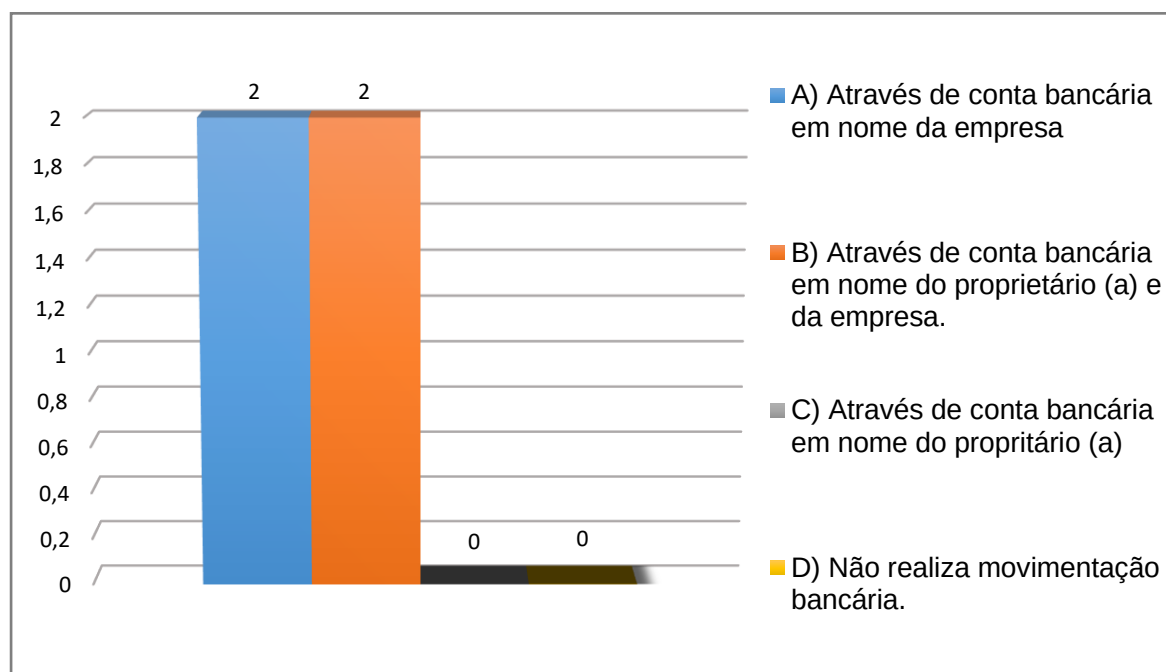


Gráfico 2 – Movimentação bancária. Fonte: Dados da pesquisadora (2019)

Como mostra o gráfico, 2 (dois) dos gestores afirmaram que a movimentação acontece através de uma conta bancária exclusivamente da empresa, e outros 2 (dois) afirmaram que é através de conta bancária em nome do proprietário (a) e da empresa, o que não pode acontecer neste último caso, pois uma vez em que não há essa

distinção com as contas da empresa com a do proprietário configura-se o desrespeito ao Princípio da Entidade.

Crepaldi (2003) afirma que quando se define uma entidade, não se deve misturar os recursos, direitos e obrigações com outras entidades, ou seja, a empresa e os sócios são entidades distintas, na qual não deve ser confundido os recursos financeiros da pessoa física com a pessoa jurídica.

Por este modo, utilizar contas bancárias separadas é fundamental para que a Contabilidade possa realizar e analisar relatórios com informações confiáveis, mapeando as finanças de maneira mais clara e objetiva, obtendo assim um maior controle sobre as receitas e gastos referentes somente a empresa. No entanto, a separação é necessária para obter informações verídicas das finanças e não ter problemas fiscais.

Na **questão número 7**, foi indagado ao gestor sobre o conhecimento e a aplicabilidade do Princípio da Entidade na empresa.

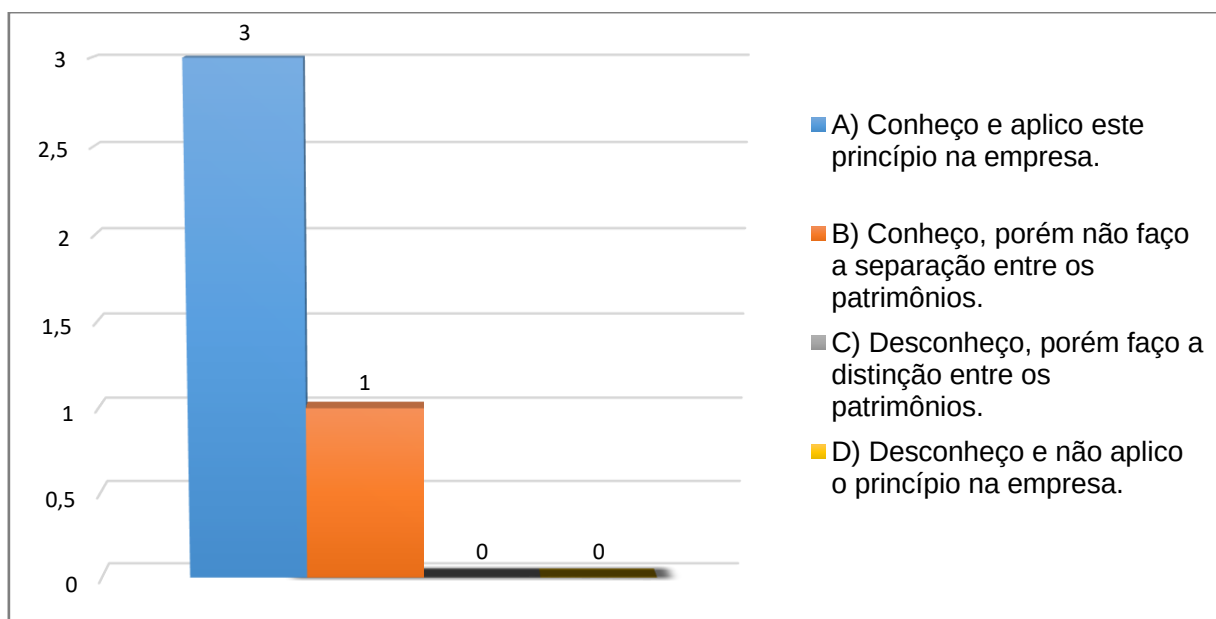


Gráfico 3 – Conhecimento do princípio da entidade. Fonte: Dados da pesquisadora (2019).

No intuito de verificar se os gestores estão observando o Princípio da Entidade, como mostra o gráfico 3, todos os envolvidos afirmam que conhecem o referido princípio, mas na prática apenas 3 (três) o aplica e 1 (um) não faz a distinção do patrimônio. Fazer aplicação corretamente do princípio é importante para a saúde financeira da empresa, pois quando não se é observado se torna preocupante.

Segundo Coelho e Lins (2010) o Princípio da Entidade trata sobre a autonomia patrimonial, da existência de distinguir o patrimônio particular com a empresa, por esse motivo é importante que o empresário compreenda a relevância sobre a separação das contas de pessoa física com a jurídica.

Além de todos terem afirmado em conhecer o Princípio da Entidade, o gestor 3 (três) alega não fazer a distinção entre os patrimônios, o que é preocupante pois essa prática incorreta pode levar a empresa a ter o descontrole da organização financeira, além de não obter uma visão sobre a real situação econômica da entidade.

Na **questão número 8**, foi averiguado se o pró-labore é definido mensalmente pelo gestor (a):

Quadro 4 – Pró-labore. Fonte: Dados da pesquisadora (2019).

Denominação	Respostas assinaladas
Gestor 1	<i>Sim</i>
Gestor 2	<i>Sim</i>
Gestor 3	<i>Não</i>
Gestor 4	<i>Sim</i>

Como mostra o quadro 4, 3 (três) dos gestores responderam ter o salário definido e 1 (um) não realiza esse procedimento. Estabelecer as retiradas do pró-labore é uma forma de organizar as finanças da empresa, pois se não houver uma definição remunerável por parte do gestor, consequentemente irá ter retiradas indevidas para custear despesas pessoais, causando assim o descontrole financeiro (SEBRAE, 2015).

Ter o pró-labore definido é importante, pois são meios que a empresa tem de chegar ao pagamento remunerável justo do proprietário, além de separar claramente a vida financeira do negócio das necessidades pessoais do mesmo, mas essa retirada só é possível de acordo com a capacidade da empresa e com o trabalho que é executado pelo empresário ou sócios dentro da organização.

Na **questão número 9**, foi perguntado o procedimento que é utilizado quando a empresa precisa de capital de terceiros para cumprir com suas obrigações, nesta questão foi possível ser assinalada mais de uma opção.

Quadro 5 – Aquisição do capital de terceiros. Fonte: Dados da pesquisadora (2019).

Denominação	Respostas assinaladas
Gestor 1	<i>b) São pagas através do capital particular do proprietário, registrando-se o fato na empresa para que posteriormente seja paga o empréstimo.</i>
Gestor 2	<i>d) Nenhuma das opções, pois a empresa nunca necessitou de capital de terceiros, todas as dívidas são pagas exclusivamente com o capital da empresa.</i>
Gestor 3	<i>a) Recorre a empréstimos bancários c) São pagas com o capital particular do proprietário, mas não são registradas como empréstimos.</i>
Gestor 4	<i>a) Recorre a empréstimos bancários.</i>

As empresas quando estão com dificuldades financeiras, na maioria das vezes ficam sujeitas a ter que emprestar capital de terceiros para cumprir com suas obrigações, e o objetivo dessa questão foi identificar dos gestores de que modo eles procedem a essas situações.

Como mostra o quadro 5, o Gestor 1 afirma que são pagos através do capital particular do proprietário registrando-se o fato como empréstimo, o Gestor 2 diz que a empresa não necessita de capital de terceiros pois as dívidas são pagas exclusivamente em nome da empresa, o Gestor 3 afirma que além de recorrer a empréstimos bancários as dívidas são pagas com o capital particular do proprietário, porém não são registrados como empréstimos e o Gestor 4 recorre somente a empréstimos bancários.

De acordo com Paz (2017) quando não se é registrado corretamente os fatos, os relatórios contábeis não apresentarão a real situação patrimonial da entidade. Com isso, haverá dúvidas quanto as informações contábeis, e por consequência a empresa tomará decisões com base em informações incorretas, podendo causar sérios problemas quanto à continuidade da empresa.

Fatos que devem ser observados, pois quando não é registrado como empréstimo para a empresa, afeta ao Princípio da Entidade e distorce os dados que são enviados à contabilidade, além de influenciar diretamente no resultado econômico da empresa, pois as informações que foram contabilizadas não expressam a real situação patrimonial.

A **Questão número 10** foi relatado se há a retirada dos recursos financeiros da empresa (além do pró-labore) para pagamentos de despesas pessoais.

Quadro 6– Retiradas Financeiras. Fonte: Dados da pesquisadora (2019).

Denominação	Respostas
Gestor 1	<i>“Não pois nesses casos sai mas viavel a liberação de um vale para resolver os problemas pessoais”</i>
Gestor 2	<i>“Sim, compra de imóveis”</i>
Gestor 3	<i>“Sim”</i>
Gestor 4	<i>“Não”</i>

Nas respostas obtidas, como mostra o quadro 6, o Gestor 1 retira vales (adiantamento do pró-labore) para resolver as questões pessoais, os Gestores 2 e 3 afirmam em fazer as retiradas financeiras para uso pessoal, inclusive para compra de imóveis e o Gestor 4 afirma não fazer retiradas.

Foi verificado que ocorre retiradas financeiras da empresa para uso pessoal, o que não pode acontecer, pois tais situações podem comprometer o caixa da entidade, ainda mais se forem realizadas retiradas frequentes ou em grande valor, ou em algumas circunstâncias para adquirir bens.

Entretanto, são situações que não impedem o gestor de fazer retiradas de recursos financeiros da empresa para pagar suas despesas pessoais, desde que os fatos sejam registrados como empréstimo para que posteriormente sejam ressarcidos para empresa (COELHO; LINS, 2010).

Como constatou-se na **questão 7** que os gestores conhecem o Princípio da Entidade, sendo assim, perguntou-se na **questão número 11** em que meio de informação obtiveram o conhecimento sobre o referido princípio.

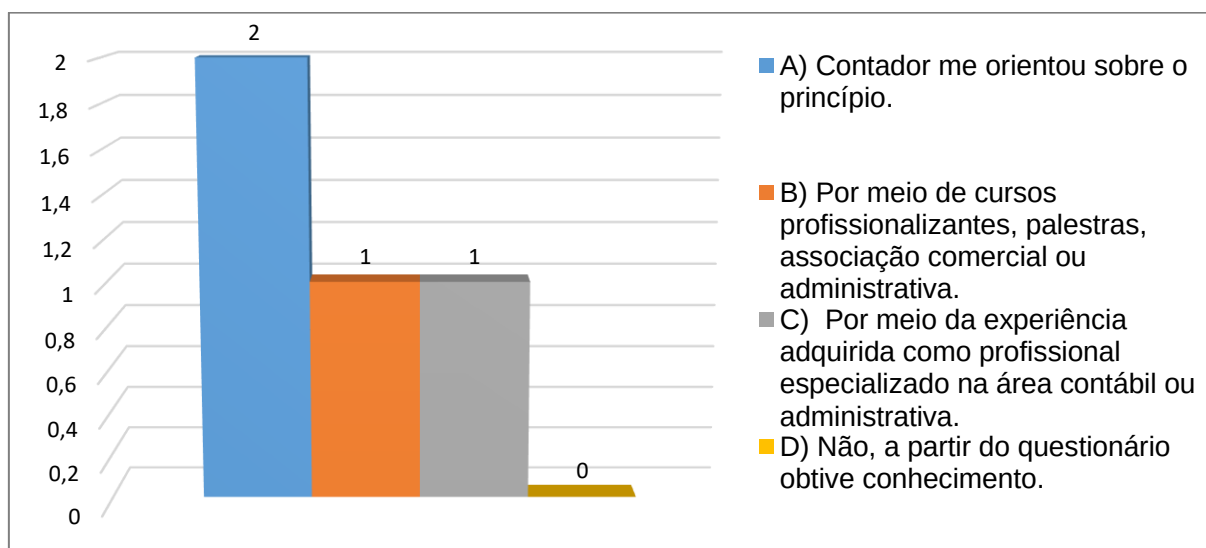


Gráfico 4 – Orientação sobre o Princípio da Entidade. Dados da pesquisadora (2019).

A pesquisa revelou que 2 (dois) dos gestores obtiveram orientação por meio de seus contadores, 1 (um) obteve conhecimento por meio de cursos profissionalizantes, palestras, associação comercial etc., e 1 (um) por meio da experiência adquirida como profissional especializado na área contábil ou administrativa.

De acordo com Piva (2015) os gestores que mais desrespeitam o Princípio da Entidade são os de micro e pequenas empresas, e é neste fato que o profissional contábil deve obter uma atenção redobrada, auxiliando-os sobre os riscos, mas para que se torne cotidiano, essa prática deve partir principalmente do gestor, atuando com integridade e responsabilidade.

É importante que os gestores tenham conhecimento sobre os procedimentos e métodos contábeis, reconhecer e ter uma visão sobre os demonstrativos e principalmente observar o princípio da entidade no seu negócio. E por esse motivo é necessário que o empresário tenha um acompanhamento profissional para lhe ajudar a analisar, interpretar e auxiliar no processo organizacional, trazendo assim vantagens para a empresa.

Na **questão número 12**, buscou-se identificar a opinião do gestor sobre a importância do Princípio da Entidade, de se fazer a distinção do patrimônio da pessoa física para jurídica.

Quadro 7 – Importância do princípio da entidade Fonte: Dados conforme pesquisa na empresa (2019).

Denominação	Respostas
Gestor 1	<i>“Sobre o princípio da entidade os patrimônios de uma empresa para os de um patrimônio pessoal não devemos confundir, pois os mesmos devem ser separados, assim como aqueles no qual são sócio ou proprietário de um estabelecimento, as coisas entre si devem ser separadas.”</i>
Gestor 2	<i>“Baseado na lei vc pode desfrutar das retiradas a quem tem direito, claro que com responsabilidade.”</i>
Gestor 3	<i>“Muito importante”</i>
Gestor 4	<i>“Essencial para a saúde da empresa”</i>

De acordo com as respostas obtidas, os gestores definiram importante a distinção do patrimônio da pessoa física para jurídica. Conforme a opinião dos gestores é necessário determinar o que são recursos da entidade e o que são recursos

para gastos pessoais e que tal prática é essencial para o funcionamento, crescimento e desenvolvimento saudável da entidade.

Obter as finanças separadas é importante não somente para continuidade da empresa, mas também para controle pessoal, e sem organização não é possível ter controle, e por esse motivo é essencial assegurar que as contas tanto da pessoa física quanto jurídica se mantenham distintas (FERRETTI, 2018).

Desta forma, é preciso ter cautela determinar o que são recursos da entidade e o que são recursos para gastos pessoais, pois sem essa separação, tanto a empresa, quanto empresário ou sócios ficam expostos a diversos problemas. E a Contabilidade é peça principal para auxiliar essas empresas, pois extrai informações que auxiliam sobre as situações financeiras da organização e além de direcionar para melhor gerenciamento e controle eficiente dos resultados.

5 CONCLUSÃO

As Micro e Pequenas empresas tem o número expressivo e possuem um papel importante economicamente dentro do mercado, e por serem administrados pelos próprios donos (gestores) possuem maior dificuldade em distinguir as despesas pessoais com os da empresa.

Deste modo, a Contabilidade estabelece o Princípio da Entidade, no qual ressalta que o patrimônio da entidade é considerado objeto contábil, e que não deverá ser utilizado para benefício próprio dos sócios ou proprietário. Nesse contexto, a pesquisa se propôs analisar e teve por objetivo apurar nas micro e pequenas empresas sobre a compreensão que os gestores obtêm sobre o Princípio da Entidade, além de discorrer sobre a importância de praticar e aplicar o referido princípio nas organizações.

O estudo realizado cumpriu com o objetivo proposto, sendo assim foi elaborado um questionário com perguntas subjetivas e objetivas, com 4 (quatro) gestores de micro e pequenas empresas no ramo de autopeças, localizados na Rodovia Transamazônica no município de Itaituba-PA. De acordo com as informações obtidas foi possível identificar a realidade enfrentada pelos gestores, no qual foi feita uma análise qualitativa das dificuldades que têm em realizar e observar fatos decorrente ao Princípio da Entidade na organização.

Através do questionário foi possível constatar tais dificuldades, no qual os gestores compreendem e conhecem o Princípio da Entidade, porém alguns não fazem a correta aplicação e não praticam o referido princípio na empresa, além disso não observam as causas que provocam as deficiências na gestão financeira.

Com isso foi possível identificar as causas que provocam a não aplicabilidade do princípio na organização, o que foi observado é que todos os gestores usufruem dos relatórios contábeis para tomada de decisões. O que é de suma importância, pois são relatórios que trazem consigo informações coerentes de acordo com a realidade da empresa, porém, cometem deslizos graves como utilizar a própria conta bancária para movimentações financeiras da empresa, compram imóveis em nome da organização para uso pessoal, em casos o proprietário utiliza do capital particular para quitar as dívidas da empresa, mas não é registrado contabilmente como empréstimo.

São fatos que afetam diretamente no resultado e análise final dos relatórios, pois, está sendo tomada decisões em informações que não expressam a real situação

financeira da empresa, o que prejudica o controle da organização e consequentemente sua continuidade.

Desta forma, foi possível concluir e compreender a importância de observar os fatos que acontecem no controle e na gestão da empresa relacionado ao Princípio da Entidade, da relevância de fazer a correta aplicação e de distinguir o patrimônio pessoal do empresarial, são mudanças que devem ser colocados em prática, para beneficiar o progresso da organização e torna-las bem administradas.

Em vista disto, a Contabilidade é a peça principal para auxiliar essas empresas, pois traz consigo ações fundamentais para o aperfeiçoamento quanto ao gerenciamento das operações, além de ser indispensável para o controle eficiente dos resultados. A contribuição desta pesquisa foi o de ampliar o entendimento e conhecimento dos gestores e de outros interessados na área sobre a importância da aplicabilidade do Princípio da Entidade em empresas de micro e pequeno porte, e da relevância que possui para o gerenciamento do negócio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mario de Souza. **Elaboração de projetos, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução à contabilidade: atualizado em conformidade com a Lei n.11.638/2007**. 3.ed. rev. e atual.- São Paulo: Saraiva, 2009.

CERBASI, Gustavo; PASCHOARELLI, Rafael. **Finanças para empreendedores e profissionais não financeiros**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto; **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4. Ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da Contabilidade: Uma abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Livro_Principios-e-NBCs.pdf> Acesso em 13 dez. 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade: resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com resposta**. São Paulo: Atlas, 1995.

CRESWELL, John W. **Pesquisa de métodos mistos**. 2 Ed. Porto Alegre, RS. Penso, 2013.

FERRARI, Ed. Luiz. **Análise de Balanços**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FERRARI, Ed. Luiz. **Contabilidade Geral: teoria e 1.000 questões**. 14.ed.rev. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

FERRETTI, Mariana. **Saiba a importância de separar as finanças pessoais e da empresa**. 2018. Disponível em: < <https://myrp.com.br/saiba-a-importancia-de-separar-as-financas-pessoais-e-da-empresa/>> Acesso em: 12 dez. 2020.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 15.ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade Básica**. 2 ed. São Paulo: 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços** 10. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Francisco T. **Metodologia Científica: Métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Ideias & letras, 2008.

LUQUET, Mara. **Misturar contas pessoais com contas da empresa coloca negócio em risco**. São Paulo: G1 2013. Disponível em: <it> Acesso em: 21 ago.2019.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MARION, José Carlos. Ana Carolina Marion Santos. **Contabilidade básica**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MASSAD, Anselmo. **O que é assessoria contábil e como contratar esse serviço**. 2019. Disponível em: <<https://blog.contaazul.com/assessoria-contabil>> Acesso em 12 dez. 2019.

MELLO, Fábio Bandeira de. **Os 10 principais erros cometidos pelas pequenas e médias empresas**. 2010. Disponível em: <<https://administradores.com.br/noticias/os-10-principais-erros-cometidos-pelas-pequenas-e-medias-empresas>> Acesso em 07 set. 2019.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. Catalão: UFG, 2011.

ORNELAS, José Aparecido; SILVA, Leandro Nunes de Souza. **Contabilidade**. São Paulo: DCL, 2013.

PAZ, Claudia Fabiana da. **Processo de controle financeiro: estudo de caso no contexto do princípio da entidade**. Campo Limpo Paulista, SP: FACCAMP, 2017. Disponível em: <http://www.faccamp.br/new/arq/pdf/mestrado/Documentos/producao_discente/ClaudiaFabiana.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

PAZ, Claudia Fabiana da. **Processo de controle financeiro: estudo de caso no contexto do princípio da entidade**. Campo Limpo Paulista, SP: FACCAMP, 2017. Disponível em:

<http://www.faccamp.br/new/arq/pdf/mestrado/Documentos/producao_discente/ClaudiaFabiana.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PIVA, Amanda de Moura. **A importância do princípio da entidade nas pequenas e médias empresas.** 2015. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/2712/a-importancia-do-principio-da-entidade-nas-pequenas-e-medias-empresas/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola a academia.** 4. ed. São Paulo: Rêspel, 2012.

Resolução CFC Nº 1.111/07. Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios de Contabilidade. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1111.pdf> Acesso em 4 dez. 2018.

Revogada a partir de 1º/1/2017 pela NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, conforme publicação no DOU de 4/10/2016, Seção 1. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1282.pdf> Acesso em 9 dez. de 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica.** 3. ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SÁ, Carlos Alexandre. **Fluxo de Caixa: a visão da tesouraria e da controladoria.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Roberto Fernandes dos; BIFI Claudio Rafael. *et al.*, **Introdução à Contabilidade noções fundamentais.** São Paulo: Saraiva, 2006.

SEBRAE, **A importância do pró-labore e da distribuição de lucros.** 2015 <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/a-importancia-do-pro-labore-e-da-distribuicao-de-lucros,98ce26eb4400d410VgnVCM1000003b74010aRCR>> Acesso em: 12 jan. 2020.

SEBRAE, **Contas pessoais e contas da minha empresa. Por que separá-las?** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/especial-publicitario/sebrae/crescendo-com-o-sebrae/noticia/2015/11/contas-pessoais-e-contas-da-minha-empresa-por-que-separa-las.html>> Acesso em: 21 ago. 2019.

SEBRAE, Johnny Vanderson Leal Vasquez. **Como fazer um demonstrativo de resultados.** 2019. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/como-fazer-um-demonstrativo-de-resultados,48f3ace85e4ef510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em 02 jun. 2019.

SEBRAE, **Sobrevivência das empresas no Brasil.** Brasília- DF 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, monografias, dissertações, teses**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário da pesquisa



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Este questionário destina-se apenas para fins acadêmicos, no entanto o seu preenchimento não acarretará quaisquer danos para os participantes, e você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar de estudo “Aplicabilidade do Princípio da Entidade em empresas de Micro e Pequeno porte no Município de Itaituba-PA”. Sua opinião é de fundamental importância e suas respostas permaneceram sob sigilo.

1) Como você se identifica?

a. Gênero:

() Masculino () Feminino

b. Estado Civil:

() Solteiro(a) () Viúvo(a) () União estável () Casado(a) () Divorciado(a)

c. Escolaridade:

() Ensino fundamental () Graduação () Doutorado () Ensino médio () Especialização
() Ensino Superior Incompleto () Outro _____

d. Idade:

() 20 a 30 anos () 40 a 60 anos () 30 a 40 anos () mais de 60 anos

2) Qual seu tempo de atuação como empresário?

() 0 a 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 20 anos () mais de 20 anos

3) Sua empresa atual enquadra-se como:

() Microempresa () Empresa de Pequeno Porte

4) Quais desses serviços são prestados pelo profissional contábil à sua empresa?

(Nesta pergunta pode ser assinalada mais de uma opção).

- a) ☐ Procedimento fiscal.
- b) ☐ Folha de pagamento e envio de guias.
- c) ☐ Geração de demonstrativos contábeis.
- d) ☐ Assessoria sobre a gestão do negócio.
- e) ☐ Nenhuma, pois não utilizo a contabilidade.

5) Os relatórios contábeis são utilizados como ferramentas necessárias para a tomada de decisão?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6) Como funciona a movimentação bancária da empresa?

- a) ☐ Através de conta bancária em nome da empresa.
- b) ☐ Através de conta bancária em nome do proprietário (a) e da empresa.
- c) ☐ Através de conta bancária em nome do proprietário (a).
- d) ☐ Não realiza movimentação bancária.

7) A contabilidade estabelece por meio de um dos seus princípios contábeis, o princípio da entidade, no qual, diz que se hipotese alguma se deve confundir o patrimônio da empresa com o do patrimônio da empresa com o patrimônio particular do proprietário. A vista disso, o senhor (a) tem o real conhecimento e aplica o referido princípio em sua empresa?

- a) ☐ Conheço e aplico este princípio na empresa.
- b) ☐ Conheço, porém não faço a separação entre os patrimônios.
- c) ☐ Desconheço, porém faço a distinção entre os patrimônios.
- d) ☐ Desconheço e não aplico o princípio na empresa.

8) Como Gestor (a) da empresa o seu salário (pró-labore) é definido mensalmente?

- ☐ Sim
- ☐ Não

9) Qual o procedimento é utilizado, no momento em que a empresa precisa do capital de terceiros para quitar suas dívidas? (Nesta pergunta pode ser assinalada mais de uma opção).

- a) () Recorre a empréstimos bancários.
- b) () São pagas através do capital particular do proprietário, registrando-se o fato na empresa para que posteriormente seja pago o empréstimo.
- c) () São pagas com o capital particular do proprietário, mas não são registradas como empréstimos.
- d) () Nenhuma das opções, pois a empresa nunca necessitou de capital de terceiros, todas as dívidas são pagas exclusivamente com o capital da empresa.

10) Já foi necessário fazer retiradas de recursos financeiros da empresa, além do pró-labore para pagamento de despesas pessoais? Comente.

11) De acordo com o título da pesquisa, o senhor (a) já ouviu falar sobre o Princípio da entidade?

- a) () Contador me orientou sobre o princípio.
- b) () Por meio de cursos profissionalizantes, palestras, associação comercial, etc.
- c) () Por meio da experiência adquirida como profissional especializado na área contábil ou administrativa.
- d) () Não, a partir do questionário obtive o conhecimento.

12) Diante deste contexto sobre o Princípio da entidade, qual sua opinião sobre a importância de fazer a distinção do patrimônio da pessoa física para jurídica?
